

**PARECER JURÍDICO N.º 56/2020**

**REF.: SID. 16.408.686-0 – LICITAÇÃO MODO DE DISPUTA FECHADO – MDF Nº 29/2018 – CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA - MUNICÍPIO DE CURIÚVA-PR - RECURSO – INABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-REFORMA.**

Trata-se de manifestação a solicitação oriunda da Assessoria da Presidência acerca do recurso apresentado, em 17/02/2020, pela CONSTRUTORA IMPLANTEC contra a decisão da Comissão de Licitação que declarou sua inabilitação no certame LICITAÇÃO MODO DE DISPUTA FECHADO – MDF Nº 29/2018.

Aberto o prazo, houve contrarrazões pela PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Para tanto, o processo vem instruído com os seguintes documentos: Folha de abertura SID e-protocolo (fl. 02); recurso administrativo Construtora IMPLANTEC (fls.03/09) ; of. nº 417/2020-DELI ( fl.09); expresse informando prazo contrarrazões (fls.10/13); contrarrazões empresa PIZOLATO fls.14/29; memorando nº 051/DELI/2020 (fls.30) ; memorando nº 037/2020- DEOC ( fl.31); Ata nº 26/DELI/2020 (fls.32/35); memorando nº 061/DELI/2020(fl.36) e despacho GABI (fl.37).

É o relatório.

Inicialmente, cabe apontar que a inabilitação da recorrente decorre do julgamento da Comissão de Licitação, tendo em vista que não foram comprovadas as **exigências as alíneas “b” e “d”, do Item 3 - do Anexo II, do Edital**, conforme ateste da Equipe técnica. <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Trata-se do julgamento da Comissão de Licitação emitido por meio da ATA nº 018/2020.

São as razões da recorrente, em síntese, conforme Ata nº 026/DELI/2020:

- a) Que foram comprovadas as exigências das alíneas “b” e “d” do Item 3 do Anexo II do Edital;
- b) Que houve manifesto erro material no preenchimento do Anexo X;
- c) Que a responsável técnica pelos projetos e pelas obras é a arquiteta e urbanista Adriana Bernadete Müller Moldenhauer e que os demais profissionais indicados não possuem acervo técnico, mas poderão auxiliar a responsável técnica em suas atividades;
- d) Que a manutenção da inabilitação da Recorrente irá implicar prejuízo de R\$ 230.724,44;
- e) Que a falha no preenchimento do formulário não afeta a competitividade.

Contrariamente, a PIZOLATO manifestou-se em suas contrarrazões:

- a) Que o recurso interposto deve ser julgado improcedente;
- b) Que a inabilitação promovida pela Comissão Especial de Licitação foi correta;
- c) Que a Recorrente praticou um erro substancial apto a implicar desclassificação/inabilitação.

A Comissão de Licitação, por meio da Ata nº 026/DELI/2020, tendo em vista o teor das razões apresentadas, assim, expõe:

**“Antes de adentrar à análise das razões recursais, bem como dos argumentos lançados pela PIZOLATO CONSTRUTORA em suas contrarrazões, necessário registrar alguns breves apontamentos iniciais.**

Tem-se que a sessão pública de abertura do certame ocorreu no dia 05/02/2020, oportunidade na qual a CONSTRUTORA IMPLANTEC apresentou sua proposta de preços e foi considerada a melhor classificada. Na sequência, foi aberto o envelope de habilitação da referida construtora, oportunidade na qual a Equipe Técnica da COHAPAR verificou o descumprimento das exigências de habilitação, consoante o teor da Nota Técnica nº 007/2020 da Equipe Técnica, notadamente quanto aos seguintes itens:

- Item 3, letra “b”: A empresa não apresentou os documentos, Atestados de Capacidade Técnica e respectiva Certidões de Acervo Técnico( CAT (CREA) ou CAT-A (CAU), que comprovem a experiência dos profissionais indicados, na folha 34, do envelope Nº 02, como responsáveis técnicos pela obra, na execução/participação dos serviços que compõe as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação ( quadro 01). Portanto a empresa não cumpriu este item.;
- Item 3, letra “d”: documentos apresentados às fls. 01 a 13 e 18 a 21 do envelope nº 2- documentos de habilitação.  
OBS: Não foi apresentada a documentação, que comprove a vinculação dos seguintes profissionais , indicados como responsáveis técnicos , dos serviços desta licitação:  
Obra: Engenheiro Civil – Tibor Maria do Vale;  
Obra e Projetos: Caroline Pasdiora;  
Portanto, não foi cumprido este item.

**Em razão das inconsistências acima apontadas, a Comissão Especial de Licitação decidiu por sua inabilitação.**

Inconformada, a CONSTRUTORA IMPLANTEC interpôs o presente recurso administrativo, oportunidade na qual reconheceu a falha em sua documentação de habilitação, notadamente quanto à indicação equivocada dos respectivos responsáveis técnicos pelos projetos e pelas obras. Confira-se o teor de excerto do recurso.

"Isso porque, somente a demonstrar a transparência da empresa recorrente, foram nominados profissionais que ainda não detêm acervo técnico, mas, poderão auxiliar a profissional no desempenho de suas atividades. São eles: 01, 02, 03, 04, 06 e 07.

Portanto, a responsável técnica pelos projetos e obra, desta feita, é a Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer, arquiteta e urbanista, CAU n. A82830-0, sendo que a mesma possui, nos termos da documentação já apresentada, atividade técnica registrada no CAU mais do que suficiente."

Assim, em razão da leitura dos dois parágrafos acima transcritos, verifica-se que a Recorrente reconheceu que cometeu um ligeiro equívoco no preenchimento da Declaração da Equipe Técnica, mas que tal equívoco não possui o condão de afastar a experiência já comprovada da Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer, que, muito embora tenha sido indicada equivocadamente apenas como responsável técnica pelos projetos, na verdade, em razão de equívoco no preenchimento dos documentos, conforme o teor das razões recursais, é a responsável não só pelos projetos, mas também pelas obras.

Registra-se então que a CONSTRUTORA IMPLANTEC comprovou as exigências do edital quanto à habilitação técnica por meio dos documentos contidos no próprio envelope de habilitação. Assim, muito embora tenha indicado a Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer somente como responsável pelos projetos, comprovou sua experiência tanto quanto aos requisitos relativos aos projetos quanto ao atinente às obras.

Verifica-se, portanto, que a CONSTRUTORA IMPLANTEC realmente cometeu um equívoco na montagem dos documentos integrantes do envelope de habilitação, porém tal equívoco, considerando as razões recursais apresentadas, notadamente quanto ao reconhecimento do erro e o fato de que já havia comprovado sua experiência com base nos documentos apresentados no envelope de habilitação, não é apto a manter sua inabilitação, razão pela qual a reconsideração da decisão por parte da Comissão Especial de Licitação é medida que se impõe.

De mais a mais, necessário registrar que a exigência de requisitos de habilitação tem por finalidade exigir que somente as licitantes que detenham real capacidade de execução do objeto pretendido pela Administração venham a ser contratadas. Desta feita, a exigência de habilitação não se esgota em mera formalidade, mas tem como finalidade última afastar licitantes sem capacidade técnica ou financeira de executar o objeto.

No caso em tela, verifica-se que a CONSTRUTORA IMPLANTEC demonstrou que cumpriu as exigências do edital quanto à experiência da licitante, bem como quanto à experiência da Responsável Técnica, Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer. Em outras palavras, a finalidade última das exigências de habilitação foi devidamente cumprida, pois, com base nos documentos contidos no envelope de habilitação, somado ao reconhecimento do erro meramente formal na indicação da responsável técnica, a licitante comprovou sua experiência e a da responsável técnica exigida para os projetos e para as obras (grifo).

Observa-se que a Comissão considerou como comprovado o equívoco no preenchimento da planilha constante do ANEXO X, do Edital, não tendo a recorrente indicado, dentre os ali elencados, a responsável técnica para os projetos, Sra. Adriana Bernadete Müller Moldenhauer, que constou apenas responsável para as obras.

Ato contínuo, a Comissão, com fundamento nos artigos 31 e 56, da Lei nº 13.303/16, enfatiza que a licitação deve ser vista como um procedimento que **busca contratar a melhor licitante para aquele objeto com o melhor preço possível, ou seja, a busca da proposta mais vantajosa, sendo que a desclassificação de um licitante somente pode se dar se ocorrer um vício insanável.**

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a **seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo. (destaque nosso)

...

Art. 56. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

- I - contenham **vícios insanáveis**;
- II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- IV - se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação de que trata o § 1º do art. 57, ressalvada a hipótese prevista no caput do art. 34 desta Lei;
- V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;
- VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, **salvo se for possível a acomodação** a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

É citado, na referida Ata nº 26/2020, o parágrafo único do art. 45 do RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR, o qual possibilita à Comissão a realização de diligências para corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo:

Art. 45 Compete à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação:

(...)

Parágrafo único. É facultado à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando **medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.** (destaque nosso)

Enumera, por fim, o teor dos itens 7.15 “a” e item 8.4, do Edital, quais sejam:

7.15 Após efetuar o julgamento das propostas, a Comissão de Licitação promoverá a análise quanto a sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

a) **Contenham vícios insanáveis** ou apresentem desconformidades com outras exigências do Edital ou dos seus Anexos, que não possam ser objeto de saneamento; (destaque nosso)

8.4 Será considerada inabilitada, **ressalvando-se as hipóteses de saneamento**, a Licitante que:

- a) apresentar a documentação de habilitação de forma divergente do exigido neste Edital;
- b) apresentar certidões vencidas, salvo quando puderem ser emitidas via *internet*, hipótese em que a situação retratada na certidão emitida em sessão será a válida para o resultado da licitação;
- c) apresentar de forma incompleta a documentação exigida neste Edital.

Pois bem, à vista do exposto, cabe apontar que são frequentes decisões do Tribunal de Contas da União, **que relacionam a ponderação de princípios, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, visto que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.**

De todo modo, tendo em vista a similitude de princípios que regem o procedimento licitatório, em que pese a COHAPAR tenha atualmente estatuto próprio de licitações, não há impedimento que os julgados sejam citados como parâmetro no caso em tela.

São as orientações do Tribunal de Contas da União:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo **princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo**, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados(grifo)." (Acórdão 357/2015-Plenário)

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, **sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas**, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, **desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes**, serem sanadas mediante diligências (grifo)". (Acórdão 2302/2012-Plenário)

"O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, **que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital**, deve ser aplicado mediante a consideração



dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, **dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa.**” (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Em recente julgado, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Acórdão nº 3845/19-Tribunal Pleno, **em consagração aos princípios da maior competitividade e da proposta mais vantajosa, entendeu como correta a aplicação do princípio do formalismo moderado**, a fim de relevar pequenos erros. Transcreve-se, no que pertine, a fundamentação:

“Conforme ora exposto, a Representante impetrou liminar com o intuito de anular o certame, visto sua desclassificação, pelo fato de não ter apresentado a melhor proposta.

No caso em específico, apesar de ter havido infração à exigência contida no Edital, acredito que o certame não fora eivado de irregularidade e não teria razão de ser desacreditado.

...

Não se pode olvidar que, sempre que possível, deve o poder público em respeito ao princípio do formalismo moderado relevar pequenos erros ou obscuridades das propostas apresentadas pelos licitantes de modo a alcançar a proposta mais vantajosa.

Não compete ao pregoeiro ou à comissão de licitação atuar na condição de entidade saneadora das mais diversas e possíveis falhas incorridas pelos participantes do procedimento, sob pena de desrespeito ao princípio da vinculação ao ato convocatório como também da própria eficiência e agilidade que se espera na condução da contratação.

Tendo em vista que a exigência que fora descumprida não era uma condição “sine qua non” para que o melhor concorrente fosse escolhido, acredito não haver irregularidade no prosseguimento do certame, em seguir os vários entendimentos jurídicos por ela apresentados à sua defesa, no sentido de que o excesso de formalismo da interpretação de Editais, salvo algumas exceções, pode sim prejudicar os processos licitatórios e seus principais objetivos (grifo).”

Observa-se, assim, que a manutenção da desclassificação da recorrente fere a proporcionalidade e macula o procedimento em andamento, **o equívoco cometido pela recorrente resta suprido mediante apresentação das razões, amparada pela documentação acostada á época, que é suficiente, conforme atestado pela Comissão, a demonstrar a capacidade técnica em obras e projetos exigida pelo Edital.**

Neste sentido, em decisão, a Comissão Especial de Licitação entendeu **pela procedência do recurso interposto pela CONSTRUTORA IMPLANTEC, não**

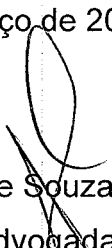
**acatando as contrarrazões da PIZOLATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA .**

**Diante do exposto, opina-se pela reforma da decisão da inabilitação, mediante o provimento do recurso CONSTRUTORA IMPLANTEC LTDA.**

Salienta-se, por fim, que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Esta Superintendência efetua a análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade do negócio, bem como dos demais aspectos administrativos, comerciais, econômico-financeiros e técnico-operacionais. Os documentos que instruem os presentes autos são de responsabilidade exclusiva das áreas requisitante/gestora do processo.

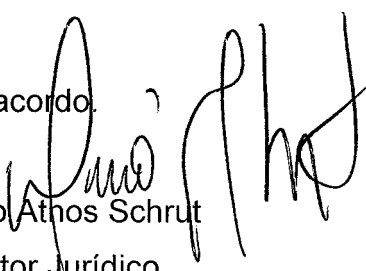
É o parecer, salvo melhor juízo.

Curitiba, 10 de março de 2020.



Poliana de Souza Cardoso  
Advogada I

De acordo.



Dino Athos Schrut  
Diretor Jurídico.

